



RISCOS CLIMÁTICOS IMPACTAM NO BOLSO

O tema dos impactos das mudanças climáticas no setor financeiro começou a ganhar mais atenção de grandes fundos de investimento em 2000 com a criação em Londres do CDP, que opera o maior sistema global de divulgação ambiental.

Desde então, foram lançadas importantes iniciativas para promover práticas de divulgação (disclosure) dos riscos e oportunidades relacionados ao clima no setor financeiro, como a rede de investidores da Ceres na América do Norte (2003) e o Montreal Carbon Pledge (2014).

No Brasil, Climate Bonds Initiative (CBI), Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e SITAWI Finanças do Bem lançaram em 2016 a Declaração de Investidores sobre Títulos Verdes, que tem como signatários: Banco BTG Pactual, BB DTVM, Itaú Asset Management, Santander Asset Management, Sul América Investimentos, UBS Brasil, Zurich- Santander, Zurich Brasil e Brasilprev. Totalizam R\$1,8 trilhão de ativos sob gestão.

3 DOS 5 RISCOS GLOBAIS

Mais prováveis nos próximos dez anos estão relacionados às mudanças climáticas, de acordo com o Relatório de Riscos Globais 2018, publicado em janeiro pelo Fórum Econômico Mundial.

410 BILHÕES DE EUROS

É a soma das perdas com desastres naturais relacionados ao clima na Europa entre 1980 e 2016, refletindo sobretudo prejuízos financeiros a certos ativos físicos.

83% DAS PERDAS EM DESASTRES NATURAIS

Estiveram associadas com eventos climáticos extremos na Europa entre 1980 e 2016, de acordo com a Agência Europeia do Ambiente (AEA).

330 BILHÕES DE EUROS

Foram perdidos no mundo com catástrofes naturais em 2017, segunda maior cifra já registrada para esse tipo de prejuízo, segundo a resseguradora Munich Re., 93% dos desastres relacionaram-se a eventos climáticos.

TIPOS DE RISCO CLIMÁTICO

RISCOS FÍSICOS

Os riscos físicos podem ser agudos, relacionados a eventos extremos, como ciclones, furacões e tempestades, ou crônicos, associados a mudanças de longo prazo nos padrões climáticos, causando danos diretos aos ativos e impactos indiretos na cadeia de suprimentos. A maior frequência e severidade dos eventos climáticos pode causar incalculáveis prejuízos aos ativos físicos.

RISCOS DE TRANSIÇÃO

Riscos de transição advêm de mudanças políticas, legais, tecnológicas e de mercado para atender às necessidades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. As implicações financeiras da transição para uma economia de baixo carbono são significativas, envolvendo a realocação de dezenas de trilhões de dólares em investimentos.

O IMPACTO ACONTECE QUANDO O RISCO VIRA REALIDADE



A longo prazo, a gestão ineficiente dos riscos climáticos pode prejudicar a liquidação de empréstimos, reduzir o valor dos ativos, encarecer os custos regulatórios e aumentar o risco reputacional (um dos riscos de transição apontados no relatório da Força-Tarefa).

FORÇA-TAREFA SOBRE DIVULGAÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS AO CLIMA



Atendendo a um pedido do G20, o Financial Stability Board (FSB) estabeleceu em dezembro de 2015 a **Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima** (Task Force on Climate-related Financial Disclosures, TCFD).

A TCFD desenvolveu recomendações para divulgações financeiras voluntárias relacionadas ao clima que sejam consistentes, comparáveis, confiáveis, claras, eficientes e úteis para a tomada de decisão de bancos, seguradoras e investidores.

US\$ 43 TRILHÕES

Um estudo da Economist Intelligence Unit (EIU), publicado em 2015, estimou entre US\$ 4,2 trilhões e US\$ 43 trilhões o valor em risco de ativos sob gestão em todo o mundo até 2100. A variação decorre do uso de projeções para os distintos cenários de aumento da temperatura da Terra neste século - o valor sob risco sobe proporcionalmente à elevação da temperatura.

RECOMENDAÇÕES DA FORÇA-TAREFA

Após um processo intensivo de engajamento dos setores privado, público e não governamental, a Força-Tarefa publicou em junho de 2017 relatório com as recomendações para uma divulgação financeira que considere riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

PADRONIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO



Para aprimorar a divulgação financeira, seguindo a padronização recomendada pela Força-Tarefa, **bancos, investidores e seguradoras** precisam avaliar por meio de cenários climáticos e testes de estresse potenciais impactos em suas carteiras de crédito e investimento causados pela mudança do clima. A TCFD não apenas definiu categorias para reportar riscos (físicos e de transição) e oportunidades, como também sugere gerenciar e relatar ações de mitigação e adaptação em quatro temas:

- Governança
- Estratégia
- Gerenciamento de riscos
- Métricas e metas

PRODUTOS FINANCEIROS NA AGENDA CLIMÁTICA

O financiamento climático cresceu significativamente na última década, tanto em volume como em diversidade de produtos e serviços financeiros oferecidos. Instituições multilaterais, bilaterais, governamentais, não governamentais e privadas desempenham papel fundamental no financiamento climático por meio da oferta de produtos financeiros verdes (como crédito socioambiental, fundos éticos e socioambientais e títulos verdes) e da integração de aspectos climáticos e de sustentabilidade em produtos convencionais (doações, operações de crédito e inúmeras modalidades de investimento – fundos de participação, como o private equity, venture capital, fundo semente, investidor anjo, investimento de impacto socioambiental, fundos de pensão e *endowment*, entre outros.

GESTÃO DE OPORTUNIDADES



A TCFD apresenta cinco categorias de oportunidades financeiras da transição para uma economia de baixo carbono: eficiência na gestão dos recursos (energéticos, hídricos e gerenciamento de resíduos); energia de baixo carbono; novos produtos e serviços; acesso a novos mercados; e construção de resiliência na cadeia de suprimentos.

A transição deverá demandar globalmente em torno de US\$ 1 trilhão de investimentos ao ano entre 2015 e 2030, indicando um manancial de oportunidades de negócios com energia renovável, eficiência energética, transporte sustentável e restauração ecológica, entre outras atividades neutras ou pouco intensivas em carbono.

Os títulos verdes (*green bonds*) consolidaram-se como modalidade eficiente para alocar capital em projetos com impactos ambientais positivos. Segundo a Climate Bonds Initiative (CBI), as emissões globais de títulos verdes em 2017 somaram US\$ 155,5 bilhões. No Brasil, as emissões internacionais somaram US\$ 3,67 bilhões e as nacionais, R\$ 2,2 bilhões (até abril de 2018, informa a Sitawi).

Para impulsionar a agenda das finanças sustentáveis no Brasil, há a Iniciativa Brasileira de Finanças Verdes, secretariada pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e pela CBI, que visa desenvolver as bases para investimentos verdes no país, mobilizar investidores locais e construir parcerias internacionais; e o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), iniciativa conjunta da CVM, da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Participam do LAB empresas, instituições financeiras, reguladores e atores relevantes. Sua finalidade é identificar barreiras ao financiamento sustentável, mecanismos de gestão de riscos e instrumentos inovadores.

BANCOS

Bancos estão expostos a riscos e oportunidades associados ao clima por meio de suas operações de crédito, investimento e outras atividades de intermediação. É o caso de bancos cujos clientes são produtores e consumidores intensivos de combustíveis fósseis, proprietários de imóveis e empresas agrícolas e de alimentos. No entanto, os bancos podem reduzir seu risco ao financiar e investir em negócios limpos.

SEGURADORAS

Seguradoras usam há algum tempo modelagem sofisticada de riscos físicos relacionados ao clima, o que lhes têm permitido ajustar seus modelos de negócio e apólices para prevenir futuros prejuízos. Os subscritores de seguro do Lloyd's de Londres, por exemplo, precisam considerar as mudanças climáticas nos seus planos de negócio e modelos de subscrição de riscos, que os orientam a aceitar ou recusar o pedido de cobertura de um cliente.

DETENTORES DE ATIVOS

Os detentores de ativos situam-se no topo da cadeia de investimento, influenciando organizações na qual investem a melhorar a divulgação financeira dos riscos e oportunidades em clima. A divulgação permite a beneficiários e outros *stakeholders* avaliarem decisões de investimento do detentor de ativos e aproximá-los do tema climático. Trata-se de grupo diversificado de investidores, incluindo fundos de previdência privados e públicos, fundos soberanos, seguradoras e resseguradoras, *endowments* e fundações.

PARA SABER MAIS:
Cost of inaction:
<http://bit.ly/2x0Xb9i>

Mensurando recursos financeiros alocados na Economia Verde
<http://bit.ly/2CHLsBV>

Recommendations of the Task Force
<http://bit.ly/2Chha8X>

Implementing the Recommendations of the Task Force
<http://bit.ly/2PRW1oe>